# Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Guanhães Energia S.A.

31 de dezembro de 2023 com Relatório do Auditor Independente

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2023

# Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	s 1
Balanços patrimoniais	4
Demonstrações dos resultados	6
Demonstrações dos resultados abrangentes	7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas	10



Setor Hoteleiro Sul - Quadra 06 Conjunto A - Bloco A 1º andar - salas 104 e 105 70316-000 - Brasília - DF - Brasil

Tel: +55 61 2104-0100 ev.com.br

# Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Acionistas e aos Administradores da **Guanhães Energia S.A.** Ipatinga - MG

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Guanhães Energia S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

#### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### **Outros assuntos**

Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram auditadas por outro auditor independente que emitiu relatório datado em 24 de maio de 2023, sem modificação.

# Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

# Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.



 Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília, 03 de maio de 2024.

ERNST & YOUNG Auditores Independentes S/S Ltda. CRC SP-015199/O

Alexandre Dias Fernandes Contador CRC DF-012460/O

Balanços patrimoniais Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

		Contro	oladora	Consolidado		
ATIVO	Notas	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022	
Caixa e equivalentes de caixa	4	204	7	3.326	3.117	
Títulos e valores mobiliários	5	-	674	121.920	120.973	
Concessionárias, permissionárias e clientes	6	-	-	9.191	7.089	
Outros créditos		4	6	706	625	
Restituição a Acionistas	12	97.820	-	-	-	
Tributos a recuperar		-	8	429	500	
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE		98.028	695	135.572	132.304	
Tributos a recuperar		153	98	790	120	
Outros créditos				373		
Títulos e valores mobiliários	5	5.062	5.394	10.127	10.793	
Créditos com partes relacionadas	19	597	301	-	-	
Depósitos judiciais		-	-	1.277	1.279	
Investimentos	7	348.706	396.462	-	-	
Imobilizado	8	22	33	401.175	386.970	
Intangível	9	67	67	3.528	3.648	
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE		354.607	402.355	417.270	402.810	
TOTAL DO ATIVO		452.635	403.050	552.842	535.114	

Balanços patrimoniais Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

		Control	adora	Consolidado	
PASSIVO	Notas	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Fornecedores	10	31	20	1.523	6.917
Tributos a recolher		54	43	1.212	17.768
Empréstimos e financiamentos	11	-	2.966	13.342	13.229
Outros débitos		62	83	62	83
Restituição acionistas	12	97.820	-	97.820	-
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE		97.967	3.112	113.959	37.997
Tributos a recolher		_	_	959	959
Empréstimos e financiamentos	11	_	_	76.742	89.321
Parcelamentos de tributos		_	_	1.938	2.259
Outros débitos		-	-	4.576	4.640
TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE		-	-	84.215	97.179
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	12				
Capital social		313.317	548.626	313.317	548.626
Reserva legal		2.068	-	2.068	-
Reserva de retenção de lucros		39.283	-	39.283	-
Prejuízos acumulados		-	(148.688)	-	(148.688)
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		354.668	399.938	354.668	399.938
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		452.635	403.050	552.842	535.114

Demonstrações dos resultados Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

		Controladora		Consolid	dado
	Notas	2023	2022	2023	2022
RECEITA LÍQUIDA	13			59.982	56.864
CUSTO DA OPERAÇÃO	14	-	-	(35.631)	(37.397)
LUCRO BRUTO				24.351	19.467
EDUNG BROTO				211001	101101
DESPESA OPERAÇÃO		52.298	95.788	29.942	29.037
Despesas gerais e administrativas	15	(35)	(32)	(3.063)	(4.832)
Outras despesas		-	-	- -	6.542
Reversão de perda por redução ao valor recuperável	9	-	-	33.005	27.327
Equivalência patrimonial	7	52.333	95.820	-	-
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		52.298	95.788	54.293	48.504
RESULTADO FINANCEIRO	16	348	(92)	4.983	79.160
Receitas financeiras		680	842	14.820	89.052
Despesas financeiras		(332)	(934)	(9.837)	(9.892)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇAO SOCIAL		52.646	95.696	59.275	127.664
OUTTIND STONE					
Imposto de renda e contribuição social corrente	17	(95)	(93)	(6.724)	(32.061)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		52.551	95.603	52.551	95.603

Demonstrações dos resultados abrangentes Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Controla	dora	Consolic	lado
	2023	2022	2023	2022
Lucro líquido do exercício Outros resultados abrangentes	52.551	95.603 -	52.551	95.603
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL	52.551	95.603	52.551	95.603

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva legal	Reserva especial de dividendos mínimos não declarados	Reserva de lucros retidos	Lucros/Prejuízos acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	548.626	-	-	-	(244.291)	304.335
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	95.603	95.603
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	548.626	-	-	-	(148.688)	399.938
Redução de capital por absorção de prejuízos Redução de capital	(137.489) (97.820)	-	- -	-	137.489	- (97.820)
Lucro líquido do exercício Reserva legal	-	2.068	-	-	52.551 (2.068)	52.551
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	9.820		(9.820)	-
Const. de reserva de lucros retidos	-	-	-	29.463	(29.463)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	313.317	2.068	9.820	29.463	-	354.668

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Contro	ladora	Consc	olidado
	2023	2022	2023	2022
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais				
Caixa gerado (consumido) pelas atividades operacionais	302	(7)	23.620	98.529
Ajustes:	251	(78)	55.853	129.374
Lucro do exercício	52.551	95.603	52.551	95.603
Reversão para redução ao valor recuperável dos ativos	-	-	(33.005)	(27.327)
Reversão (Provisão) para contingências	_	_	-	(3.237)
Provisão para IRPJ e CSLL	(95)	93	6.724	32.061
Receitas financeiras	-	(701)	_	(4.341)
Despesas com juros sobre financiamentos	117	-	8.595	9.196
Juros sobre mútuos	_	749	-	-
Depreciação do ativo imobilizado	11	(2)	20.805	20.915
Amortização do ativo intangível	-	-	162	568
Baixas de ativo imobilizado	_	_	21	5.936
Resultado de equivalência patrimonial	(52.333)	(95.820)		-
	(=====)	(0010=0)		
Variações nos ativos e passivos	51	71	(32.233)	(30.845)
Tributos a recuperar	(47)	229	(599)	226
Deposito judicial	-		(371)	25
Concessionárias, permissionárias e clientes	_	_	(2.102)	(31)
Outros créditos	2	(5)	(81)	2.138
Fornecedores	11	(40)	(5.394)	(18.906)
Tributos a recolher	144	(8)	(1.412)	(3.696)
IRSL/CSLL pagos	(38)	(93)	(21.868)	(11.388)
Parcelamentos	-	(00)	(321)	(
Outros débitos	(21)	(12)	(85)	787
	(= . )	( /	(00)	
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimento	(2.373)	(170)	(2.349)	(78.935)
Aquisição de bens de ativo imobilizado	-	-	(2.026)	(1.255)
Aquisição de bens de ativo intangível	-	-	(42)	(95)
Resgate (aplicação) de títulos e valores mobiliários	1.006	166	(281)	(116.319)
Captação novos mútuos	(2.431)	49	-	-
Pagamento de principal e juros de mútuo	(652)	(1.579)	-	-
Créditos com partes relacionadas	(296)	1.194	-	<del>-</del>
Baixa do ativo recebido no processo de arbitragem	-	-	-	38.734
Caixa líquido (aplicado) gerado pelas atividades de financiamentos	2.268	-	(21.062)	(21.682)
Distribuição de dividendos	2.268	_	_	=
Redução de capital social	2.200	_	(1)	_
Pagamento de juros sobre financiamento	-	-	(7.699)	(8.420)
Captação de financiamentos	_	_	(7.099)	(8.420)
Amortização de principal de financiamentos	_	-	(13.380)	(13.267)
minoritzayao de principal de imanciamentos	-	-	(13.300)	(13.207)
Aumento (redução) líquido (a) de caixa e equivalentes de caixa	197	(177)	209	(2.088)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		\ /		
	7	184	3.117	5.205
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício  Aumento de caixa e equivalentes de caixa  Aumento de caixa e equivalentes de caixa		\ /	3.117 3.326 <b>209</b>	5.205 3.117 (2.088)

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais)

#### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Guanhães Energia S.A. ("Companhia" ou "Guanhães Energia") é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em junho de 2006, com sede na cidade de Ipatinga – MG, e tem por objeto social a participação em outras sociedades, como sócia-quotista ou acionista, e a exploração, direta ou indiretamente, conforme o caso, de serviços de geração e comercialização de energia elétrica.

As controladas da Guanhães Energia, descritas na nota explicativa 2, compõem o Grupo Guanhães ("Grupo Guanhães" ou "Grupo").

#### 1.2 ENTIDADES INVESTIDAS

#### a) Controladas diretas

• PCH Dores de Guanhães S.A. ("PCH Dores de Guanhães", 100%) - Localizada no Rio Guanhães, Município de Dores de Guanhães. Em 22 de novembro de 2002 foi outorgada a autorização para exploração do potencial hidráulico da PCH Dores de Guanhães pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, por meio da Resolução nº 638 em nome da Construtora Barbosa Mello S.A., na modalidade de produtor independente de energia elétrica, pelo prazo de 30 anos. Posteriormente, através da Resolução Autorizativa nº 931, de 29 de maio de 2007, a ANEEL anuiu a transferência da outorga para implantar e explorar a PCH Dores de Guanhães, outorgada à Construtora Barbosa Mello S.A., para a SPE Guanhães Energia S.A., sendo que a capacidade geradora da Usina é de 14,0 MW.

A controlada PCH Dores de Guanhães foi autorizada pela ANEEL a operar comercialmente as unidades geradoras 01 e 02, através dos despachos nº 2.252, de 02 de outubro de 2018 e nº 2.643, de 19 de novembro de 2018, respectivamente e está integrada ao mecanismo de realocação de energia (MRE).

• PCH Fortuna II S.A. ("PCH Fortuna II", 100%) - Localizada no Rio Corrente Grande, Municípios de Guanhães e Virginópolis. Em 21 de dezembro de 2001 foi outorgada a autorização para exploração do potencial hidráulico da PCH Fortuna II pela ANEEL, por meio da Resolução nº 601 em nome da Construtora Barbosa Mello S.A., na modalidade de produtor independente de energia elétrica, pelo prazo de 30 anos.

Posteriormente, através da Resolução Autorizativa nº 932, de 29 de maio de 2007, a ANEEL anuiu a transferência da outorga para implantar e explorar a PCH Fortuna II, outorgada à Construtora Barbosa Mello S.A., para a SPE Guanhães Energia S.A., sendo que a capacidade geradora da Usina é de 9,0 MW.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - Continuação Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais)

A controlada PCH Fortuna II foi autorizada pela ANEEL a operar comercialmente as unidades geradoras 01, 02 e 03, através dos despachos nº 65, de 09 de janeiro de 2019, nº 563, de 23 de janeiro de 2019 e nº 1.433, de 23 de maio de 2019, e está integrada ao mecanismo de realocação de energia (MRE).

• PCH Jacaré S.A. ("PCH Jacaré", 100%) - Localizada no Rio Guanhães, Município de Dores de Guanhães. Em 29 de outubro de 2002 foi outorgada a autorização para exploração do potencial hidráulico da PCH Jacaré pela ANEEL, por meio da Resolução nº 588 em nome da Construtora Barbosa Mello S.A., na modalidade de produtor independente de energia elétrica pelo prazo de 30 anos. Posteriormente, através da Resolução Autorizativa nº 934, de 29 de maio de 2007, a ANEEL anuiu a transferência da outorga para implantar e explorar a PCH Jacaré, outorgada à Construtora Barbosa Mello S.A., para a SPE Guanhães Energia S.A., sendo que a capacidade geradora da Usina é de 9,0 MW.

A controlada PCH Jacaré foi autorizada pela ANEEL a operar comercialmente as unidades geradoras 01 e 02, através dos despachos nº 1.512, de 29 de maio de 2019 e nº 2.034, de 24 de julho de 2019, respectivamente e está integrada ao mecanismo de realocação de energia (MRE).

• PCH Senhora do Porto S.A. ("PCH Senhora do Porto", 100%) - Localizada no Rio Guanhães, Município de Dores de Guanhães. Em 08 de outubro de 2002 foi outorgada a autorização para exploração do potencial hidráulico da PCH Senhora do Porto pela ANEEL, por meio da Resolução nº 545 em nome da Construtora Barbosa Mello S.A. na modalidade de produtor independente de energia elétrica pelo prazo de 30 anos. Posteriormente, através da Resolução Autorizativa nº 933, de 29 de maio de 2007, a ANEEL anuiu a transferência da outorga para implantar e explorar a PCH Senhora do Porto, outorgada à Construtora Barbosa Mello S.A., para a SPE Guanhães Energia S.A., sendo que a capacidade geradora da Usina é de 12,0 MW.

A controlada PCH Senhora do Porto foi autorizada pela ANEEL a operar comercialmente as unidades geradoras 01 e 02, através dos despachos nº 1176, de 27 de maio de 2018 e nº 1761, de 06 de agosto de 2018, respectivamente e está integrada ao mecanismo de realocação de energia (MRE).

As controladas possuem contratos de venda de energia no ambiente de contratação regulado ("ACR") devido a participação no 22° Leilão de energia nova ocorrida em 21 de agosto de 2015, cuja Companhia sagrou-se vencedora no Leilão garantindo o direito de firmar Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado ("CCEAR"). A energia foi contratada para comercialização pelo prazo de 30 anos, ao preço de R\$205,50/MWh, a partir de janeiro de 2018.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - Continuação Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais)

#### Autorizações do Grupo Guanhães

Segue abaixo o resumo das autorizações do Grupo Guanhães vigentes em 31 de dezembro de 2023:

Autorizações	Data do ato	Data de Vencimento
PCH Dores de Guanhães	nov/2002	jan/2033
PCH Fortuna II	dez/2001	jan/2032
PCH Jacaré	out/2002	nov/2032
PCH Senhora do Porto	out/2002	dez/2032

O prazo inicial de autorização da Companhia conforme previsto Resolução ANEEL nº 638 é de 30 anos, com vencimento previsto para novembro de 2032. Contudo, conforme previsto no art. 7º da Lei 12.111, de 09 de dezembro de 2009, o empreendimento de geração de energia elétrica que vier a garantir em leilão o direito de firmar CCEAR terá o prazo de sua autorização prorrogada, de forma a ficar coincidente com seu contrato de comercialização.

Por considerar válidas as prerrogativas que garantem a dilação da concessão até 2047, a Companhia protocolou junto a ANEEL, em 23 de agosto de 2021, pedido de reconsideração, para que o cálculo de extensão da concessão já acatada pela Resolução Autorizativa nº 11.715/2022, seja aplicada sobre: extensão do prazo em função das datas de entrada em operação comercial ou extensão do prazo de forma coincidente as datas do leilão.

### 2. BASE DE PREPARAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### 2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e pelas normas da Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL") naquilo que não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos financeiros mensurados ao valor justo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - Continuação Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais)

A emissão destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi aprovada pelo Conselho de Administração em 03 de maio de 2024.

#### 2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

### 2.3 Consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas estabelecidas pelo CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas e incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de entidades controladas diretamente pela Companhia ou indiretamente através de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia: (i) tem poder sobre a investida; (ii) está exposta, ou tem direitos, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e (iii) tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus retornos.

A Companhia reavalia se retém ou não o controle de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem a ocorrência de alterações em um ou mais de um dos três elementos de controle relacionados anteriormente. A consolidação de uma controlada tem início quando a Companhia obtiver controle em relação à controlada e finaliza quando Grupo deixar de exercer o mencionado controle. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa do mesmo grupo, relacionados com transações entre membros da Companhia, são totalmente eliminados na consolidação.

Se a Companhia perder o controle exercido sobre uma controlada, é dada baixa nos correspondentes ativos (inclusive ágio), passivos, participação de não controladores e demais componentes patrimoniais, pelo seu valor contábil na data em que o controle for perdido, ao passo que qualquer ganho ou perda resultante é contabilizado no resultado. Qualquer investimento retido é reconhecido a valor justo.

Os investimentos do Grupo em suas controladas são contabilizados na controladora com base no método da equivalência patrimonial.

As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras do Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2023 e estão consolidadas integralmente.

### 2.4 Classificação circulante e não circulante

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - Continuação Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais)

- Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade;
- Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado;
- Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço;
- É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade;
- Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado;
- Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço;
- A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulantes.

#### 2.5 Estimativas e julgamentos contábeis

Com base em premissas, a Administração da Companhia prepara suas estimativas contábeis. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente são iguais aos respectivos resultados reais. A incerteza envolvida no tema poderia levar a resultados que requeressem ajustes significativos ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em exercícios futuros.

Assim, a preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base. As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As questões de maior complexidade e que requerem nível de julgamento mais elevado, nas quais as premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras são:

- Vida útil do ativo imobilizado (nota 3.5);
- Teste de impairment (notas 3.15);
- Provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas e contingências passivas (notas 3.8.2);

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - Continuação Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais)

#### 2.6 Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia e suas controladas requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia e suas controladas usam dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota explicativa nº 18 - Instrumentos financeiros.

#### 2.7 Declaração de continuidade

A Administração avaliou a capacidade do Grupo e de suas controladas em continuar operando normalmente e está convencida de que elas possuem recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

#### 3. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As políticas contábeis materiais adotadas pela Companhia estão descritas a seguir:

#### 3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Inclui caixa, saldos em conta movimento, aplicações financeiras com liquidez imediata e com risco insignificante de mudança de seu valor, com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimentos em outros fins.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - Continuação Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais)

#### 3.2 Contas a receber

São mensuradas e registradas ao custo amortizado e classificadas como clientes, pois representam direitos fixos e determináveis e não são cotadas em mercado ativo; não há ajustes de componente de financiamento relevante nos recebíveis, pois são liquidadas normalmente em um prazo inferior a 90 dias, e, assim, representam substancialmente o valor presente na data do balanço.

#### 3.3 Concessionárias e permissionárias

Incluem o suprimento da energia elétrica, acréscimos moratórios, juros oriundos de atraso no pagamento e energia comercializada a outras concessionárias pelo suprimento de energia elétrica conforme montantes disponibilizados no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia ("CCEE").

O saldo do contas a receber relacionados a concessionários e permissionárias está sujeito à análise de perdas de créditos esperadas conforme requerido pelo CPC 48 — Instrumentos Financeiros. A Companhia avaliou seus históricos de recebimentos e identificou que não estão expostas a um elevado risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia ou na formalização de contratos bilaterais. Ademais, o montante a receber de energia de curto prazo é administrado pela CCEE que, por sua vez, controla a inadimplência entre os participantes setoriais. Portanto, após as devidas análises não foi identificada a necessidade de eventuais perdas esperadas.

#### 3.4 Investimentos

A Companhia detém investimentos em empresas controladas. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades. Esses investimentos são avaliados com base no método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais e são, inicialmente, reconhecidos pelo custo de aquisição, sendo este mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição.

Os investimentos da Companhia incluem a mais valia identificada na aquisição das participações, líquida de quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

#### 3.5 Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado são avaliados pelo custo de aquisição, formação ou construção, incluindo custo atribuído, encargos financeiros capitalizados e deduzidos da depreciação acumulada e de perdas acumuladas por perda por redução ao valor recuperável, se houver.

A depreciação é calculada pelo método linear, em contrapartida ao resultado do exercício, baseado na vida útil econômica estimada de cada componente ou até o limite da autorização, dos dois, o menor, inclusive os terrenos. As principais taxas de depreciação estão demonstradas na Nota 7.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - Continuação Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais)

Eventuais ajustes nos métodos de depreciação, nas vidas úteis ou nos valores residuais são reconhecidos e ajustados de forma prospectiva.

#### 3.6 Ativo intangível

Os ativos intangíveis compreendem, principalmente, os softwares adquiridos de terceiros. São mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia.

A amortização do ativo intangível é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil regulatória estimada.

Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento de ativos intangíveis, correspondente à diferença entre o seu valor contábil e o valor líquido da venda, é reconhecido na demonstração de resultado.

#### 3.7 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Em 31 de dezembro 2023 e 2022, não foram observados indicativos de que os ativos relevantes da Companhia estivessem registrados por valor superior ao seu valor recuperável líquido.

#### 3.8 Provisões

#### 3.8.1 Geral

São reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado. É provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - Continuação Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais)

#### 3.8.2 Provisões para demandas judiciais

A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos, logo, as provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos econômicos seja requerida para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico bem como a avaliação dos advogados externos e na opinião da Administração, quando aplicável. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

#### 3.9 Reconhecimento de receitas

As receitas são reconhecidas quando uma obrigação de performance for satisfeita, pelo valor que se espera receber em troca dos bens ou serviços transferidos, o qual deve ser alocado a essa obrigação de performance. A Companhia reconhece a receita proveniente de um contrato com cliente quando a expectativa de recebimento for provável, levando em consideração a intenção de pagamento do cliente.

#### 3.9.1 Receita de venda de energia

As receitas de venda de energia são reconhecidas pelo valor justo da contraprestação, com base na energia comercializada e nas tarifas especificadas nos termos contratuais ou vigentes no mercado.

A receita de operações com venda de energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE") e transações no mercado de curto prazo estão reconhecidos pelo valor justo da contraprestação a receber quando a o fornecimento de energia. O preço da energia nessas operações tem como característica o vínculo com Preço de Liquidação de Diferenças ("PLD").

Além disso, a Companhia reconhece a receita correspondente a geração de energia não faturado do período entre o último faturamento e o final de cada mês, estimado com base na geração contratada.

#### 3.9.2 Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre as aplicações financeiras, juros sobre atraso no recebimento de cliente, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - Continuação

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais)

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre financiamentos, variações no valor

justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. Custos de financiamentos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um

ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

3.10 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram

adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo

amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura/contrato correspondente acrescidas

dos encargos financeiros incorridos e das respectivas baixas pela liquidação das obrigações.

3.11 Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios

econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser

mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal

ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-la. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos

financeiros incorridos.

3.12 Rateio de despesas entre as PCHs

O rateio das despesas administrativas refere se ao compartilhamento da estrutura da sede administrativa da Guanhães Energia em comum acordo entre as partes, onde foi estabelecido por

meio de contrato o repasse das despesas nas seguintes proporções:

• PCH Dores de Guanhães S.A. :29,83%

PCH Senhora d Porto S.A.: 25,94%

• PCH Jacaré S.A.: 19,98%

• PCH Fortuna II S.A.:24,25%

19

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - Continuação Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais)

#### 3.13 Imposto de renda e contribuição social

#### i) Imposto de renda e contribuição social

O regime de tributação da Guanhães Energia é com base no lucro real para fins de apuração do imposto de renda e da contribuição social, considerando as seguintes taxas:

- Imposto de renda Sobre a receita financeira, alíquota de 15% acrescidos do adicional de 10% quando exceder R\$60 do trimestre.
- Contribuição social Sobre a receita financeira com alíquota de 9%.

O regime de tributação das controladas é com base no lucro presumido para fins de apuração do imposto de renda e da contribuição social, considerando as seguintes taxas sobre o faturamento das vendas de energia:

- Imposto de renda base de cálculo de 8% sobre a receita bruta e, acrescidos da receita financeira, alíquota de 15% acrescidos do adicional de 10% quando o lucro presumido exceder R\$60 do trimestre.
- Contribuição social base de cálculo de 12% sobre a receita bruta e, acrescidos da receita financeira, sendo a alíquota de 9%.

O imposto corrente é reconhecido no resultado a menos que esteja relacionado a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes.

#### ii) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e base negativa, bem como diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data do balanço.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - Continuação Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais)

A mensuração do imposto diferido reflete as consequências tributárias sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

O imposto diferido ativo é compensado somente se alguns critérios forem atendidos.

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais.

#### 3.14 Instrumentos financeiros

#### 3.14.1 Instrumentos financeiros

#### i) Reconhecimento e mensuração inicial

Os contas a receber de clientes são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

#### ii) Classificação e mensuração subsequente

#### Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) - instrumento de dívida; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) - instrumento patrimonial; ou ao valor justo por meio do resultado (VJR).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e suas controladas mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR):

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - Continuação Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais)

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), conforme descrito acima, são classificados como ao valor justo por meio do resultado (VJR). Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) como ao valor justo por meio do resultado (VJR) se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Companhia e suas controladas a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Passivos financeiros - Classificação, e mensuração subsequente dos ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado (VJR). Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR) são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - Continuação Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais)

cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

#### iii) Desreconhecimento

#### Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

#### Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

### iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

#### 3.15 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)

#### i) Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;

As provisões para perdas com contas a receber de clientes são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - Continuação Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais)

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (forward-looking).

#### Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia, de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia e suas controladas esperam receber).

#### Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia, avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência;
- Reestruturação de um valor devido a Companhia e suas controladas em termos que não seriam aceitas em condições normais;
- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

#### Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia e suas controladas não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. A Companhia e suas controladas não esperam nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia e suas controladas para a recuperação dos valores devidos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - Continuação Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais)

#### ii) Ativos não financeiros

Em cada data de reporte, a Companhia e suas controladas revisam os valores contábeis de seus ativos não financeiros (exceto impostos diferidos) para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para alienação. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

### 3.16 Capital social

O capital social da Companhia é composto por ações ordinárias que dão aos acionistas direitos com relação aos ativos líquidos residuais da Companhia, de acordo com suas respectivas participações societárias. Os detentores destas ações têm o direito de receber dividendos conforme definido em Estatuto da Companhia.

#### 3.17 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023

A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - Continuação Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais)

#### Definição de Estimativas Contábeis - Alterações ao IAS 8

As alterações ao IAS 8 (equivalente ao CPC 23 - políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro) esclarecem a distinção entre mudanças em estimativas contábeis, mudanças em políticas contábeis e correção de erros. Elas também esclarecem como as entidades utilizam técnicas de mensuração e inputs para desenvolver estimativas contábeis.

As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

#### Divulgação de Políticas Contábeis - Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2

As alterações ao IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) — Apresentação das demonstrações contábeis) e o IFRS Practice Statement 2 fornecem orientação e exemplos para ajudar as entidades a aplicarem julgamentos de materialidade às divulgações de políticas contábeis. As alterações visam ajudar as entidades a fornecerem divulgações de políticas contábeis mais úteis, substituindo o requisito para as entidades divulgarem suas políticas contábeis "significativas" por um requisito para divulgar suas políticas contábeis "materiais" e adicionando orientação sobre como as entidades aplicam o conceito de materialidade ao tomar decisões sobre divulgações de políticas contábeis.

As alterações tiveram impacto nas divulgações de políticas contábeis da Companhia, mas não na mensuração, reconhecimento ou apresentação de itens nas demonstrações financeiras da Companhia.

# Imposto Diferido relacionado a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação - Alterações ao IAS 12

As alterações ao IAS 12 Income Tax (equivalente ao CPC 32 – Tributos sobre o lucro) estreitam o escopo da exceção de reconhecimento inicial, de modo que ela não se aplique mais a transações que gerem diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais, como arrendamentos e passivos de desativação.

As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

#### 3.18 Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - Continuação Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais)

#### Alterações ao IAS 1: Classificação de Passivos como Circulante ou Não-Circulante

Em janeiro de 2020 e outubro de 2022, o IASB emitiu alterações aos parágrafos 69 a 76 do IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) — Apresentação das demonstrações contábeis) para especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- O que se entende por direito de adiar a liquidação.
- Que o direito de adiar deve existir no final do período das informações financeiras.
- Que a classificação não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de adiar.
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for ele próprio
- um instrumento de patrimônio, os termos de um passivo não afetarão sua classificação.

Além disso, foi introduzida uma exigência de divulgação quando um passivo decorrente de um contrato de empréstimo é classificado como não circulante e o direito da entidade de adiar a liquidação depende do cumprimento de covenants futuros dentro de doze meses.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente. A Companhia está atualmente avaliando o impacto que as alterações terão na prática atual e se acordos de empréstimo existentes podem exigir renegociação.

#### Acordos de financiamento de fornecedores - Alterações ao IAS 7 e IFRS 7

Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) — Demonstrações do fluxo de caixa) e ao IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos financeiros: evidenciação) para esclarecer as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreenderem os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024. A adoção antecipada é permitida, mas deve ser divulgada. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - Continuação Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais)

### 3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Contro	oladora	Conso	lidado
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Contas bancárias	204	7	3.326	3.117
Total	204	7	3.326	3.117

Os saldos em conta corrente referem-se a valores disponíveis para pagamentos das obrigações administrativas da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 o numerário disponível da Companhia não possuía remuneração.

### 4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Controladora					
	31.12.2023				31.12.2022	
		Não			Não	
	Circulante	circulante	Total	Circulante	circulante	Total
Certificados de depósitos bancários (CDB)	-	-	-	674	-	674
Conta reserva -BNDES	-	5.062	5.062	-	5.394	5.394
Total	-	5.062	5.062	674	5.394	6.068

	Consolidado						
	31.12.2023				31.12.2022		
		Não			Não		
	Circulante	circulante	Total	Circulante	circulante	Total	
Certificados de depósitos bancários (CDB)	121.920	-	121.920	120.973	-	120.973	
Conta reserva -BNDES	-	10.127	10.127	=	10.793	10.793	
Total	121.920	10.127	132.047	120.973	10.793	131.766	

Os títulos e valores mobiliários são representados por Certificados de Deposito Bancário (CDB) pósfixado e correspondem a:

(i) Aplicações que têm seus vencimentos superiores a três meses da data de aplicação, com perda de valor em caso de resgate antecipado. Em sua maioria são atrelados ao CDI.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - Continuação Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais)

(ii) O saldo da "conta reserva - BNDES" está vinculado à garantia dos financiamentos do BNDES. Durante todo o prazo do contrato com o BNDES, a Companhia deve manter em favor deste uma conta reserva com recursos vinculados no valor correspondente ao serviço da dívida de três meses, sendo que a movimentação dessa conta só pode ser realizada com autorização formal do Banco. A aplicação financeira está classificada como não circulante por estar vinculada ao financiamento.

A remuneração média das aplicações é de 95% do CDI em 31 de dezembro de 2023 e 97% em 31 de dezembro de 2022.

# 5. CONCESSIONÁRIAS, PERMISSIONÁRIAS E CLIENTES

	Contro	oladora	Conso	lidado
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Concessionárias, permissionárias e clientes	-	-	9.191	7.089
Total	_	-	9.191	7.089

Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia possui saldo a receber consolidado de R\$9.191 (R\$7.089 em 31 de dezembro de 2022) referente à venda de energia comercializada no leilão A-3. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 todos os saldos a receber eram a vencer.

#### 6. INVESTIMENTOS

	Controlad	ora
	31.12.2023	31.12.2022
PCH Dores de Guanhães	88.369	109.671
PCH Fortuna II	86.224	93.888
H Jacaré	99.418	107.584
PCH Senhora do Porto	74.695	85.319
Investimentos	348.706	396.462

O significativo aumento dos saldos dos investimentos em 2023 decorreu dos efeitos da reversão de perdas por *impairment*, que totalizaram R\$ 33.005, conforme detalhado nos quadros a seguir:

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - Continuação Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais)

# Movimentação dos investimentos nas controladas nos exercícios de 2023 e 2022:

	Controladora											
	31.12.2021 Equivalê		31.12.2022	Integralização/ Redução de Capital	Distribuição de dividendos	Equivalência Patrimonial	31.12.2023					
PCH Dores de Guanhães	89.094	20.577	109.671	(27.028)	(1.646)	7.372	88.369					
PCH Fortuna II	73.256	20.632	93.888	(23.284)	-	15.620	86.224					
PCH Jacaré	68.565	39.019	107.584	(30.873)	-	22.708	99.418					
PCH Senhora do Porto	69.727	15.592	85.319	(16.635)	(622)	6.633	74.695					
Total	300.642	95.820	396.462	(97.820)	(2.268)	52.333	348.706					

Segue abaixo, informações sobre as empresas controladas:

		31.12	2.2023		31.12.2022							
Controladas	Capital Social Total Patrimonio		Resultado do Exercício	Capital Social Integralizado	Total Ativo	Patrimônio Líquido	Resultado do Exercício					
					-							
PCH Dores de Guanhães	79.950	145.506	88.369	7.372	106.978	149.367	109.671	20.577				
PCH Fortuna II	73.232	130.416	86.224	15.620	113.093	122.365	93.888	20.632				
PCH Jacaré	79.171	152.329	99.418	22.708	151.302	139.465	107.584	39.019				
PCH Senhora do Porto	69.885	119.080	74.695	6.633	86.520	120.596	85.319	15.592				

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - Continuação Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais)

A seguir são apresentados os principais ativos e passivos das controladas em 31 de dezembro de 2023 e 2022, assim como o resultado apurado nesses exercícios sociais:

		31.12.	2023		31.12.2022							
ATIVO	PCH DORES DE GUANHÃES	PCH FORTUNA II	PCH JACARÉ	PCH SENHORA DO PORTO	PCH DORES  DE  GUANHÃES	PCH FORTUNA II	PCH JACARÉ	PCH SENHORA DO PORTO				
Circulante	41.314	28.849	36.618	28.584	40.653	29.139	37.804	26.979				
Caixa e equivalentes de caixa	38.053	26.906	34.382	25.701	36.074	27.574	36.135	23.626				
Outros	3.261	1.943	2.236	2.883	4.579	1.565	1.669	3.353				
Não Circulante	104.192	101.567	115.711	90.496	108.714	93.226	101.661	93.617				
TOTAL DO ATIVO	145.506	130.416	152.329	119.080	149.367	122.365	139.465	120.596				
PASSIVO												
Circulante	32.108	26.724	34.184	21.394	10.780	8.378	10.449	8.545				
Empréstimos e financiamentos	4.045	2.784	2.709	3.804	4.005	2.757	2.703	3.764				
Outros	28.063	23.940	31.475	17.590	6.775	5.621	7.746	4.781				
Não Circulante	25.029	17.468	18.727	22.991	28.916	20.099	21.432	26.732				
Empréstimos e financiamentos	22.923	15.779	16.482	21.558	26.700	18.379	19.148	25.094				
Outros	2.106	1.689	2.245	1.433	2.216	1.720	2.284	1.638				
Patrimônio Líquido	88.369	86.224	99.418	74.695	109.671	93.888	107.584	85.319				
TOTAL DO PASSIVO	145.506	130.416	152.329	119.080	149.367	122.365	139.465	120.596				

A Reversão de perda por desvalorização está detalhada na Nota explicativa do ativo Imobilizado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - Continuação Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais)

# 7. IMOBILIZADO (CONSOLIDADO)

	Consolidado												
	Saldos em 31.12.2021	Adições	Baixas	Depreciações	Transferências para serviços	Provisão para redução ao valor recuperável	Saldos em 31.12.2022	Adições	Baixas	Depreciações	Transferências para serviços	Provisão para redução ao valor recuperável	Saldos em 31.12.2023
IMOBILIZADO EM CURSO													
Terrenos	1.088	_	_	_	(123)	_	965	20	_	_	(43)	_	942
Reservatórios, barragens e adutoras	1.666	272	-	-	(1.527)	-	411	-	-	-		-	411
Edificações, obras Civis e benfeitorias	14.995	11	(9.101)	-	(5.905)	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	47.338	985	(35.509)	-	(12.485)	-	329	2.006	(21)	-	(24)	-	2.290
Moveis e utensílios	24	-	(15)	-	(9)	-	-	-	-	-	-	-	-
Total das Imobilizações em curso	65.111	1.268	(44.625)	-	(20.049)	-	1.705	2.026	(21)	-	(67)	-	3.643
SUBTOTAL EM CURSO	65.111	1.268	(44.625)	-	(20.049)	-	1.705	2.026	(21)	-	(67)	-	3.643
IMOBILIZADO EM SERVIÇO													
Terrenos	7.866	-	(131)	(264)	123	-	7.594	-	-	(360)	43	-	7.277
Reservatórios, barragens e adutoras	221.651	-		(9.881)	3.203	-	214.973	-	-	(10.156)	-	-	204.817
Edificações, obras Civis e benfeitorias	103.238	-	-	(4.556)	1.408	-	100.090	-	-	(4.729)	-	-	95.361
Máquinas e equipamentos	104.919	-	(93)	(6.209)	15.306	-	113.923	-	-	(5.558)	24	-	108.389
Moveis e utensílios	6	-	(5)	(5)	9	-	5	-	-	(2)	-	-	3
SUBTOTAL EM SERVIÇO	437.680	-	(229)	(20.915)	20.049	-	436.585	-		(20.805)	67	-	415.847
Provisão/reversão para redução ao valor recuperável	(78.647)	-	-	-	-	27.327	(51.320)	-	-	-		33.005	(18.315)
Total do Imobilizado	424.144	1.268	(44.854)	(20.915)	-	27.327	386.970	2.026	(21)	(20.805)	-	33.005	401.175

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - Continuação Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais)

#### Redução ao valor recuperável dos ativos

A Administração revisa anualmente os eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas de cada ativo ou unidade geradora de caixa (UGC).

Para fins de avaliação da recuperação dos ativos, a Administração atualizou o modelo de acompanhamento do retorno do projeto de cada uma de suas controladas e o fluxo de caixa descontado com a melhor estimativa corrente para a análise do valor em uso do ativo. Como resultado desta análise realizada na data base de 31 de dezembro de 2023, foi apurada a necessidade de reversão do montante de R\$33.005, relativo as perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas entre 2015 a 2017, que totalizaram R\$198.871, sendo R\$70.919 registrados na PCH Jacaré S.A., R\$34.041 na PCH Senhora do Porto S.A., R\$39.437 na PCH Dores de Guanhães e R\$54.474 na PCH Fortuna II. Naqueles exercícios as PCH's se encontravam com suas obras de implantação totalmente paralisadas devido ao rompimento do contrato EPC para sua implantação, e por isso, permeada de incertezas, principalmente: i) em relação a contratação de um novo EPCista; ii) previsão de retomada das obras; iii) possíveis sobrecustos; e iv) novo cronograma para conclusão das obras de implantação.

Desde então, sanadas todas as incertezas, a conclusão do projeto e consequentemente o início da fase de operação comercial das PCHs em 2018, os testes realizados ao final daquele exercício apontaram a necessidade de reversão parcial nas PCHs. Posteriormente, diante da melhora nas perspectivas de geração de caixa da empresa, principalmente após sua participação com êxito na venda de energia no mercado regulado, e ultrapassada a fase inicial de operação conhecida como "curva da banheira", os testes de *impairment* realizados pelas PCHs ao final do exercício de 2022 e 2023 seguiram apontando nova necessidade de reversão do *impairment* em relação ao montante de provisão de perdas registrados nos exercícios supracitados.

Desta maneira foi realizada a reversão nas PCHs Jacaré, Fortuna II e Dores de Guanhães no montante de R\$27.327 em 2022, e em 31 de dezembro de 2023 foi complementado o valor de R\$33.005 restando um saldo remanescente de perda por *impairment* de R\$18.315.

A estimativa do valor em uso foi determinada utilizando uma taxa de desconto em termos nominais de 9,38% (média entre as PCHs Controladas) e considerou a média de entrega de megawatts pela Companhia; a qual possui capacidade máxima de produção de 9MWh.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - Continuação Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais)

# 8. INTANGÍVEL (CONSOLIDADO)

	Consolidado										
	Saldos em 31.12.2021	Adições	Amortização	Transferências para serviços	Saldos em 31.12.2022	Adições	Amortização	Transferências para serviços	Saldos em 31.12.2023		
INTANGÍVEL EM CURSO											
Servidão	1.112	57		(1.025)	144	42		(42)	144		
Total Intangível em curso	1.112	57	-	(1.025)	144	42	-	(42)	144		
INTANGÍVEL											
Software	67		-	-	67		-	-	67		
Servidão	2.942	131	(661)	1.025	3.437		(162)	42	3.317		
Total Intangível em serviço	3.009	131	(661)	1.025	3.504	-	(162)	42	3.384		
Total do Intangível	4.121	188	(661)	-	3.648	42	(162)	-	3.528		

#### 9. FORNECEDORES

	Contro	oladora	Consolidado		
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022	
Fornecedores	· -				
Compra de energia	-	-	652	5.018	
Materiais e serviços	31	20	871	1.899	
Total	31	20	1.523	6.917	

### **10. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS**

Decorre substancialmente do saldo de financiamento do contrato firmado com o BNDES, cujos recursos foram utilizados para a construção da PCH, liberados em três subcréditos, conforme características descritas abaixo (valores originalmente contratados):

Financiador	Controlada	Data de assinatura	Moeda	Taxa de juros a.a	Total do financiamento	Valor atualizado utilizado	Início	Forma de pagamento	Término
				T11.5					
BNDES - Subcrédito A	PCH Jacaré	12/02/2014	R\$	TJLP + 1,96%	29.800	29.803	ago/15	Mensal	fev/31
				1,50% TJLP +					
BNDES - Subcrédito B	PCH Jacaré	12/02/2014	R\$	1,96%	10.400	10.369	ago/15	Mensal	fev/31
BNDES - Subcrédito C	PCH Jacaré	12/02/2014	R\$	TJLP	400	414	set/15	Mensal	ago/30
DIVDES SUBCICUITO C	T CIT Jucuit		•	TJLP +	400		300,13	IVICIISAI	ug0/30
BNDES - Subcrédito A	PCH Dores de Guanhães	12/02/2014	R\$	1,96%	42.300	42.300	mar/15	Mensal	ago/30
				TJLP +					
BNDES - Subcrédito B	PCH Dores de Guanhães	12/02/2014	R\$	1,96%	14.800	14.000	mar/15	Mensal	ago/30
BNDES - Subcrédito C	PCH Dores de Guanhães	12/02/2014	R\$	TJLP	600	620	set/15	Mensal	ago/30
BNDES - Subcrédito A	PCH Fortuna II	12/02/2014	R\$	TJLP +	29.000	29.000	mar/15	Mensal	ago/30
BINDES - SUBCIEUITO A	ren roitulla li	12/02/2014	rŞ	1,96%	29.000	29.000	11101/13	ivierisai	agu/30
BNDES - Subcrédito B	PCH Fortuna II	12/02/2014	R\$	TJLP +	10,400	10.368	mar/15	Mensal	ago/30
BIVDES SUBCICUITO B	r cri i ortana n	12/02/2014	ΝĢ	1,96%	10.400	10.500	11101/13	IVICIISUI	ug0/30
BNDES - Subcrédito C	PCH Fortuna II	12/02/2014	R\$	TJLP	400	395	set/15	Mensal	ago/30
BNDES - Subcrédito A	PCH Senhora do Porto	12/02/2014	R\$	TJLP +	39,400	39.400	mar/15	Mensal	ago/30
Bridge Sabercanon	. c sc	12,02,201.		1,96%	55.100	33.100	, 25	Wichia	480,50
BNDES - Subcrédito B	PCH Senhora do Porto	12/02/2014	R\$	TJLP +	13.900	13.563	mar/15	Mensal	ago/30
			•	1,96%			·		
BNDES - Subcrédito C	PCH Senhora do Porto	12/02/2014	R\$	TJLP	500	490	set/15	Mensal	ago/30
Total do financiamento					191.900	190.722			

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - Continuação Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais)

		Empréstimos da Controladora						
		Principal		Total		31.12.2023		31.12.2022
PCH Dores de Guanhães		-		-		-		1.925
PCH Senhora do Porto		-		-		-		1.041
	Total	-		-		-		2.966

Segue abaixo a movimentação do financiamento e empréstimos nos exercícios de 2023 e 2022:

	Conso	Consolidado do financiamento				
	Principal	Encargos	Total			
Saldo em 31.01.2021	104.884	10.152	115.036			
Captação de financiamentos	5	=	5			
Amortização de principal	(13.267)	=	(13.267)			
Encargos, juros e correções	-	9.196	9.196			
Encargos pagos	-	(8.420)	(8.420)			
Saldo em 31.12.2022	91.622	10.928	102.550			
Captação de financiamentos	18	-	18			
Amortização de principal	(13.380)	=	(13.380)			
Encargos, juros e correções	-	8.595	8.595			
Encargos pagos	-	(7.699)	(7.699)			
Saldo em 31.12.2023	78.260	11.824	90.084			

	Empr	éstimos da Controlado	ra
	Principal	Encargos	Total
Saldo em 01.01.2022	3.747	-	3.747
Atualização de empréstimos	-	49	49
Amortização de principal	(1.258)	=	(1.258)
Encargos, juros e correções	-	749	749
Encargos pagos	-	(321)	(321)
Saldo em 31.12.2022	2.489	477	2.966
Atualização de empréstimos	-	3	3
Amortização de principal	(2.431)	=	(2.431)
Encargos, juros e correções	-	114	114
Encargos pagos	-	(652)	(652)
Saldo em 31.12.2023	58	(58)	-

	Consolidado								
		Circulante		Não Circulante			Total		
	Principal	Encargos	Total	Principal	Encargos	Total	31.12.2023	31.12.2022	
Financiamentos (BNDES)	11.543	1.799	13.342	66.717	10.025	76.742	90.084	102.550	
Total	11.543	1.799	13.342	66.717	10.025	76.742	90.084	102.550	

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - Continuação Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais)

As parcelas relativas ao principal do financiamento classificados no passivo não circulante têm os seguintes vencimentos (não inclui encargos financeiros) em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

Consolidado									
20	23	2022	2						
2025	13.342	2024	13.229						
2026	13.342	2025	13.229						
2027	13.342	2026	13.229						
Após 2027	32.671	Após 2026	49.634						
Total	76.742	Total	89.321						

A Companhia está exposta aos riscos de mercado relacionados a taxas de juros no curso normal de seus negócios. A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e uma análise de sensibilidade de ativos e passivos financeiros são divulgados na nota explicativa 18.

#### Covenants

Os contratos de financiamentos com o BNDES firmados pelas PCHS estão sujeitos a cláusulas restritivas do saldo devedor de acordo com as práticas usuais de mercado, que estabelecem, além de determinadas obrigações de praxe, a apuração anual do índice de cobertura do serviço da dívida (ICSD) de no mínimo 1,3. O não cumprimento deste indicador pelas PCH's impossibilita o pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio acima do limite mínimo legal, e pode implicar em aplicação de multa pelo BNDES. Não há evidências de quebra de covenants em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

#### Garantias

Os empréstimos e financiamentos da Companhia são garantidos por recursos financeiros mantidos em conta corrente bancárias da instituição financeira cedente e por avais e fianças dos acionistas. A Administração declara estar adimplente em todas as obrigações contratuais durante os exercícios de 2022 e 2023.

### 11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

#### a) Capital social

Os acionistas da Companhia e as suas respectivas participações no capital social em 31 de dezembro de 2023 e 2022 são os seguintes:

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - Continuação Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais)

	31.12.2023	31.12	.2022	
ACIONISTAS	Quantidade de Ações (unidades)	% Participação	Quantidade de Ações (unidades)	% Participação
Brasal Energia S.A.	279.799.260	51	279.799.260	51
CEMIG Geração e Transmissão S.A.	268.826.740	49	268.826.740	49
Total Geral	548.626.00	100	548.626.00	100

As ações da Brasal Energia S.A. são do tipo ordinárias nominativas A, enquanto da Cemig Geração e Transmissão S.A. (Cemig GT) ordinárias nominativas de classe B, ambas sem valor nominal e totalmente subscritas. Cada classe de ação ordinária dá direito a um voto nas assembleias gerais, com direito a (i) eleger, em votação em separado, dois membros do Conselho de Administração da Companhia; e (ii) indicar, alternadamente, a cada mandato de três anos, na forma do disposto em acordo de acionista, o Presidente ou o Vice-presidente do Conselho de Administração, sendo asseguradas as seguintes vantagens a cada uma delas:

- Ações Ordinárias Classe A: terão direito a indicar o Diretor Administrativo-Financeiro.
- Ações Ordinárias Classe B: terão direito a indicar o Diretor Técnico-Comercial.

Em 29 de agosto de 2023 foi aprovada a redução do capital social mediante a anuência do BNDES, a aprovação pelo órgão ocorreu em 29 de dezembro de 2023, pela Carta AEC/DEENE3 nº110/2023. A redução se deu por restituição aos acionistas na ordem de R\$97.820 e absorção de prejuízos na ordem de R\$ 137.489. Não houve redução na quantidade de ações.

#### b) Reserva legal

Será constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. A Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder de 30% do capital social. Esta reserva deve ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia reconheceu o montante de R\$ 2.068,

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - Continuação Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais)

#### a) Dividendos

O estatuto social da Companhia determina a distribuição de um dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma da Lei. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 não foram distribuídos dividendos aos acionistas.

Com base no § 4º do art. 202 da Lei Nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, "Lei das S.A.", a Companhia concluiu pela não declaração dos dividendos mínimos do exercício de 2023, e sua destinação será validada ao longo do exercício de 2024. Conforme ICPC 08 (R1) - Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos, a Companhia constituiu reserva especial referente a tais dividendos que serão distribuídos tão logo sejam avaliados pelo Conselho de Administração.

#### c) Reserva de lucros retidos

O lucro excedente não distribuído foi destinado à constituição de reserva de retenção de lucro no valor de R\$ 29.463.

### 12. RECEITA LÍQUIDA

	Contro	oladora	Consoli	dado
	2023	2022	2023	2022
Suprimento de energia	-		62.255	59.019
(-) PIS e COFINS	-	-	(2.273)	(2.155)
TOTAL	-		59.982	56.864

		2023			2022			
	PCH DORES DE GUANHÃES	PCH FORTUNA II	PCH JACARÉ	PCH SENHORA DO PORTO	PCH DORES DE GUANHÃES	PCH FORTUNA II	PCH JACARÉ	PCH SENHORA DO PORTO
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS Suprimento Energia	19.083	12.419	13.251	17.502	18.103	11.769	12.582	16.565
Deduções da Receita	(697)	(453)	(484)	(639)	(661)	(430)	(459)	(605)
Total	18.386	11.966	12.767	16.863	17.442	11.339	12.123	15.960

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - Continuação Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais)

As receitas consolidadas da Companhia são oriundas dos contratos de venda de energia celebrados pelas PCHs no ambiente de contratação regulado ("ACR"), pela participação no 22º Leilão de Energia Nova promovido pela ANEEL em agosto de 2015. Em caso de eventuais sobras ou faltas de energia, as PCHs's investidas recorrem ao mercado de comercialização de energia elétrica de curto prazo (MCP) ou realiza liquidação via Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

### 13. CUSTOS DA OPERAÇÃO

	Controla	dora	Consoli	dado
CUSTOS	2023	2022	2023	2022
Compra de Energia elétrica (a)	-		(3.187)	(6.367)
Materiais	-	-	(606)	(255)
Encargos e taxas	-	-	(1.539)	(1.419)
Serviços de terceiros	-	-	(8.725)	(7.205)
Depreciações e amortizações	-	-	(20.956)	(21.573)
Outros custos	-	_	(618)	(578)
TOTAL	-	-	(35.631)	(37.397)

		2023				2022		
	PCH DORES DE GUANHÃES	PCH FORTUNA II	PCH JACARÉ	PCH SENHORA DO PORTO	PCH DORES DE GUANHÃES	PCH FORTUNA II	PCH JACARÉ	PCH SENHORA DO PORTO
CUSTO DA OPERAÇÃO								
Energia Comprada	(911)	(669)	(663)	(944)	(1.931)	(1.311)	(1.350)	(1.775)
Outras	(8.581)	(7.593)	(9.064)	(7.206)	(7.674)	(7.397)	(9.272)	(6.687)
Total	(9.492)	(8.262)	(9.727)	(8.150)	(9.605)	(8.708)	(10.622)	(8.462)

(a) No decorrer do ano de 2023 o PLD (preço da liquidação da diferença) ficou em piso regulatório perfazendo uma média de 70,32, diferentemente dos anos anteriores que sofreram variações devido à crise Hídrica, demonstrando assim um custo de compras de energia menor em relação ao ano de 2022.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - Continuação Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais)

#### 14. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Controlado	ora	Consolidado		
DESPESAS	2023	2022	2023	2022	
Pessoal e encargos		(227)	(838)	(1.028)	
Administrativas	(35)	(13)	(305)	(1.146)	
Serviços de terceiros	· · ·	(83)	(1.920)	(492)	
Depreciações	-	(3)	-	(3)	
Reembolso Tributos	-	313	-	313	
Outras despesas	-	(19)	-	(2.476)	
Total	(35)	(32)	(3.063)	(4.832)	

#### **15. RESULTADO FINANCEIRO**

	Controla	dora	Consolida	ıdo
	2023	2022	2023	.2022
RECEITAS FINANCEIRAS	_			
Rendimentos sobre títulos e valores mobiliários	678	701	14.804	4.341
Receitas financeiras com atualização do processo de arbitragem (a)		_	-	84.266
Outras receitas financeiras	2	141	16	445
TOTAL DAS RECEITAS FINANCEIRAS	680	842	14.820	89.052
DESPESAS FINANCEIRAS				
Despesas financeiras	(4)	(2)	(16)	(46)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(224)	(750)	(8.641)	(9.197)
Outras despesas financeiras	(104)	(182)	(1.180)	(649)
TOTAL DAS DESPESAS FINANCEIRAS	(332)	(934)	(9.837)	(9.892)
RESULTADO FINANCEIRO	348	(92)	4.983	79.160

(a) Em 31 de dezembro de 2023 o saldo de receitas financeiras apresenta maior que ano anterior devido aos rendimentos auferidos no decorrer do ano relativos as aplicações dos valores recebidos no final do ano de 2022 com conclusão do processo de arbitragem com antigo consórcio construtor (CCPG).

O valor recebido foi de R\$123.000 que após encontro de contas entre adiantamentos e fornecedores foram baixados do ativo o valor de R\$38.734 e R\$84.266 foi classificado em receitas financeiras por ser referente a correção monetária dos valores do processo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - Continuação Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais)

### 16. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	Control	adora	Consoli	dado
	2023	2022	2023	2022
Suprimento de Energia	· · ·		62.255	59.019
Receitas financeiras	680	842	14.820	89.802
Base de cálculo IRPJ (8% Energia)	-	-	4.980	4.722
Base de cálculo receitas financeiras	-	-	14.472	89.286
Despesas não dedutíveis	-	-	-	-
(-) Despesas dedutíveis	348	966	-	-
(-) Prejuízo fiscal	89	140	-	-
Total da base IRPJ	332	326	19.452	94.008
IRPJ-15%	50	49	2.918	14.101
Adicional IRPJ- 10%	15	15	1.830	9.288
Total IRPJ	65	64	4.748	23.389
Base de cálculo CSLL (12% Energia)	-	-	7.471	7.082
Base de cálculo receitas financeiras	-	326	14.472	89.286
Total da base CSLL	332	326	21.943	96.368
CSLL - 9%	30	29	1.975	8.673
Imposto de renda e contribuição social	95	93	6.724	32.061

#### 17. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

### Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

Existem três tipos de níveis para classificação do valor justo referente a instrumentos financeiros. A hierarquia fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo referente a ativo ou passivo financeiro. A classificação dos níveis hierárquicos pode ser apresentada conforme exposto abaixo:

- Nível 1 Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente, inclusive na data da mensuração do valor justo.
- Nível 2 Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.
- Nível 3 Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - Continuação Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais)

O quadro abaixo apresenta os principais valores contábeis e valores justos dos ativos e passivos da Companhia, assim como seu nível de mensuração, em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

		Controladora						
		31	1.12.2023		31.12.2022			
ATIVO	Nível	Categoria	Contabilizado	Valor justo	Contabilizado	Valor justo		
Caixa e equivalentes de caixa	-	Custo amortizado	204	204	7	7		
Aplicações financeiras e numerários restritos	2	VJR	5.062	5.062	6.068	6.068		
Créditos com partes relacionadas	-	Custo amortizado	597	597	301	301		
Total			5.863	5.863	6.376	6.376		
PASSIVO								
Empréstimos e financiamentos	-	Custo amortizado	-	-	2.966	2.966		
Fornecedores	-	Custo amortizado	31	31	20	20		
Outros débitos	-	Custo amortizado	62	62	83	83		
Total			93	93	3.069	3.069		

			Con	solidado					
		3:	1.12.2023		31.12.	2022			
ATIVO	Nível	Categoria	Contabilizado	Valor justo	Contabilizado	Valor justo			
Caixa e equivalentes de caixa	-	Custo amortizado	3.326	3.326	3.117	3.117			
Aplicações financeiras e numerários restritos	2	VJR	132.047	132.047	131.766	131.766			
Concessionárias, permissionárias e clientes	-	Custo amortizado	9.191	9.191	7.089	7.089			
Total			144.564	144.564	141.972	141.972			
PASSIVO									
Fornecedores	-	Custo amortizado	1.523	1.523	6.917	6.917			
Empréstimos e financiamentos	-	Custo amortizado	90.084	90.084	126.333	126.333			
Outros débitos	-	Custo amortizado	4.638	4.638	4.723	4.723			
Total			96.245	96.245	137.973	137.973			

É importante ressaltar que o valor justo estimado de ativos e passivos financeiros foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado pela Administração para produzir a estimativa do valor justo mais adequada.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - Continuação Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais)

#### a) Risco de mercado

No curso normal de seus negócios, a Companhia está exposta a riscos de mercado relacionados a taxas de juros, conforme pode ser evidenciado no quadro abaixo. Composição das aplicações financeiras e dívidas atreladas à taxa de juros variável:

	Controladora					Consolid	ado	
	31.:	12.2023	31.3	12.2022	31.12.	.2023	31.	12.2022
	R\$	% da Dívida	R\$	% da Dívida	R\$	% da Dívida	R\$	% da Dívida
CDI	5.062	0%	6.068	0%	132.047	0%	131.766	0%
TJLP	-	-	-	-	90.084	100%	126.333	100%
Total	5.062	0%	6.068	0%	222.131	100%	258.099	100%

### b) Risco de taxa de juros

Este risco deriva do impacto das oscilações nas taxas de juros não só sobre a despesa financeira associada aos financiamentos das PCH's, como também sobre as receitas financeiras oriundas de suas aplicações financeiras.

A seguir é apresentada a análise de sensibilidade para oscilações das taxas de juros, demonstrando os possíveis impactos no resultado financeiro. Essas análises de sensibilidade foram preparadas assumindo que o valor dos saldos patrimoniais estivesse em aberto durante todo o período. A metodologia utilizada para o "cenário provável" considerou a melhor estimativa da taxa de juros em 31 de dezembro de 2023. Vale lembrar que por se tratar de uma análise de sensibilidade do impacto no resultado financeiro nos próximos doze meses, consideraram-se os saldos da dívida e das aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2023. É importante salientar que o comportamento dos saldos de dívida respeitará seus respectivos contratos, bem como o saldo das aplicações financeiras oscilará de acordo com a necessidade ou disponibilidade de caixa da Companhia.

Análise de sensibilidade das taxas de juros, com apresentação dos efeitos no resultado antes dos impostos, utilizando as taxas e as projeções das seguintes fontes:

- Para o CDI no cenário provável a taxa utilizada foi estimada com base nas expectativas do mercado, conforme dados divulgados pelo B3 (em 31 de dezembro de 2023).
- A TJLP utilizada no cenário provável foi estimada com base nas expectativas de mercado divulgadas no site do BNDES (em 31 de dezembro de 2023).

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - Continuação Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais)

	Contro	ladora			
Operação	Risco	Saldos Base	Provável Cenário (I)	Cenário (II) +25%	Cenário (III) +50%
ATIVOS FINANCEIROS			644	483	322
Títulos e valores mobiliários PASSIVOS FINANCEIROS	CDI	5.062	644	483	322
Empréstimos e financiamentos	TJLP	-	-	-	-
TOTAL			644	483	321
Referência para PASSIVOS FINANCEIROS TJLP (Projetado para 31.12.2023)			6,53%	+25% 8,16%	+50% 9,80%
Referência para ATIVOS FINANCEIROS CDI (Projetado para 31.12.2023)			12,73%	-25% 9,55%	-50% 6,37%
	Conso	lidado			
Operação	Conso	lidado Saldos Base	Provável Cenário (I)	Cenário (II) +25%	Cenário (III) +50%
Operação ATIVOS FINANCEIROS					
			Cenário (I)	+25%	(III) +50%
ATIVOS FINANCEIROS	Risco	Saldos Base	Cenário (I)  16.810	+25%	8.405 8.405
ATIVOS FINANCEIROS  Aplicações financeiras e numerários restritos	Risco	Saldos Base	16.810 16.810	<b>12.607</b> 12.607	8.405 8.405
ATIVOS FINANCEIROS  Aplicações financeiras e numerários restritos  PASSIVOS FINANCEIROS	CDI	Saldos Base	16.810 16.810 (5.882)	+25% 12.607 12.607 (7.353)	8.405 8.405 (8.824)
ATIVOS FINANCEIROS  Aplicações financeiras e numerários restritos  PASSIVOS FINANCEIROS  Financiamentos - BNDES	CDI	Saldos Base	16.810 16.810 (5.882)	+25%  12.607  12.607  (7.353)  (7.353)	8.405 8.405 (8.824)

### c) Risco de crédito

Decorre da possibilidade da Companhia incorrer em perdas originárias de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, por incapacidade destes em cumprirem com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente do caixa e equivalentes de caixa e demais instrumentos financeiros apresentados na demonstração financeira.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - Continuação Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais)

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia de acordo com a política por este estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em instituições financeiras autorizadas e aprovadas pela controladoria, avalizadas pela Diretoria Executiva, respeitando limites de crédito definidos, os quais são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

### d) Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em honrar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira em cumprir adequadamente os compromissos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os financiamentos captados são apresentados na nota explicativa 12.

O fluxo de realização para as obrigações assumidas em suas condições contratuais é apresentado conforme quadro abaixo (inclui juros futuros):

Instrumentos Financeiros	Controladora					(	Consolidado			
	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	-	6.047	18.645	63.736	43.896	132.324
Fornecedores	31	-	-	-	31	1.099	353	71	-	1.523

### e) Riscos hidrológicos

De acordo com os dados do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), a maior parte do suprimento de energia do Sistema Interligado Nacional (SIN) é gerado por Usinas Hidrelétricas (UHE) e Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH). Como o SIN opera em sistema de despacho otimizado, cada agente de geração hidráulica, incluindo a PCH, está sujeita a variações nas condições hidrológicas verificadas, tanto na região geográfica em que opera como em outras regiões do País. Na eventualidade da ocorrência de condições hidrológicas desfavoráveis no SIN, em conjunto com a obrigação de entrega da energia assegurada, a Companhia ficaria exposta ao mercado. A Companhia e suas investias não possuem direitos ou obrigações de riscos hidrológicos a serem reconhecidos em 31 de dezembro de 2023.

### f) Gestão do capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - Continuação Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais)

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

	Controladora		Conso	Consolidado	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022	
Dívida de empréstimos e financiamentos		2.966	90.084	102.550	
(-) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	204	7	3.326	3.117	
(-) Aplicações financeiras e numerários restritos (Nota 6)	5.062	6.068	132.047	131.766	
Dívida líquida (A)	(5.266)	(3.109)	(45.289)	(32.333)	
Patrimônio líquido (B)	354.668	399.938	354.668	399.938	
Percentual de capital de terceiros - % (A÷(B+A))	-2%	-1%	-15%	-9%	

### 18. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Segue o resumo das transações com partes relacionadas mantidas e ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

		Controlador	a			
	Valor	Período Condições		At	Ativo	
Contratos com o mesmo grupo	ontratos com o mesmo grupo de		contratuais	31/12/2023	31/12/2022	
Emissão de notas de débitos para PCH Dores de Guanhães referente a reembolso de despesas administrativas	178	2023	Notas de débitos	178	90	
Emissão de notas de débitos para PCH Senhora do Porto referente a reembolso de despesas administrativas	155	2023	Notas de débitos	155	78	
Emissão de notas de débitos para PCH Jacaré referente a reembolso de despesas administrativas	119	2023	Notas de débitos	119	60	
Emissão de notas de débitos para PCH Fortuna II referente a reembolso de despesas administrativas	145	2023	Notas de débitos	145	73	

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - Continuação Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais)

		Consolidado			
Contratos com o mesmo grupo	Valor	Período de	Condições		ltado
contrates com o mesmo grapo	original	vigência	contratuais	31/12/2023	31/12/2022
Controlada PCH Dores de Guanhães					
Fornecedor - Contrato de Uso do Sistema de Distribuição (CUSD) - Contrato de compromisso de Uso do Sistema de Distribuição - Cemig Distribuição S.A. (Cemig D)	2.333	maio/2019 a maio/2024	Termos e condições acordados entre as partes	(417)	(392)
Contrato de Venda de Energia (Leilão A-3) - Cemig GT	6.196	janeiro/2018 a dezembro/2047	Termos e condições acordados entre as partes	306	-
Controlada PCH Jacaré					
Fornecedor - Contrato de Uso do Sistema de Distribuição (CUSD) - Contrato de compromisso de Uso do Sistema de Distribuição - Cemig Distribuição S.A. (Cemig D)	1.568	maio/2019 a maio/2024	Termos e condições acordados entre as partes	(280)	(251)
Contrato de Venda de Energia (Leilão A-3) - Cemig GT	4.276	janeiro/2018 a dezembro/2047	Termos e condições acordados entre as partes	211	-
Controlada PCH Senhora do Porto					
Fornecedor - Contrato de Uso do Sistema de Distribuição (CUSD) - Contrato de compromisso de Uso do Sistema de Distribuição - Cemig Distribuição S.A. (Cemig D)	2.056	maio/2019 a maio/2024	Termos e condições acordados entre as partes	(376)	(350)
Contrato de Venda de Energia (Leilão A-3) - Cemig GT	5.673	janeiro/2018 a dezembro/2047	Termos e condições acordados entre as partes	280	-
Controlada Fortuna II					
Fornecedor - Contrato de Uso do Sistema de Distribuição (CUSD) - Contrato de compromisso de Uso do Sistema de Distribuição - Cemig Distribuição S.A. (Cemig D)	1.568	maio/2019 a maio/2024	Termos e condições acordados entre as partes	(280)	(254)
Contrato de Venda de Energia (Leilão A-3) - Cemig GT	4.276	janeiro/2018 a dezembro/2047	Termos e condições acordados entre as partes	198	-

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - Continuação Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais)

### Remuneração dos Administradores

Todos os administradores renunciaram a percepção de remuneração anual do exercício apresentado nessa demonstração financeira.

### 19. SEGUROS

A Companhia e suas investidas possuem seguros corporativos com cobertura abrangendo seus principais ativos, dentre os quais podemos citar em 31 de dezembro de 2023:

<u>Seguro de riscos operacionais</u>: cobre os danos causados à PCH, com um limite máximo de indenização combinado de danos materiais e lucros cessantes, incluindo, mas não limitada a todo seu maquinário, geradores, transformadores, canais, túneis, barragens, vertedouros, obras civis, escritórios e depósitos.

<u>Seguro de responsabilidade civil e geral</u>: objetiva o pagamento de indenização caso a Companhia venha a ser responsabilizada civilmente por meio de sentença transitada em julgado ou acordo autorizado pela seguradora, relativas a reparações por danos materiais e corporais involuntários, causados a terceiros e também aqueles relacionados à poluição, contaminação, vazamentos súbitos e ou acidentais.

Seguem abaixo os seguros vigentes em 2023:

Riscos	Controladas	Data da	Vigência	Importância	LMI
NISCUS	Controladas	De	Até	Segurada	LIVII
Risco de Operacional	PCH Senhora do Porto S.A.	30/11/2023	30/11/2024	80.448	111.584
Risco de Operacional	PCH Dores de Guanhães S.A.	30/11/2023	30/11/2024	80.090	111.584
Risco de Operacional	PCH Fortuna II S.A.	30/11/2023	30/11/2024	62.986	111.584
Risco de Operacional	PCH Jacaré S.A.	30/11/2023	30/11/2024	53.920	111.584
Responsabilidade Civil e Geral	PCH Senhora do Porto S.A.	12/04/2023	12/04/2025	N/A	10.000
Responsabilidade Civil e Geral	PCH Dores de Guanhães S.A.	30/11/2023	12/04/2025	N/A	10.000
Responsabilidade Civil e Geral	PCH Fortuna II S.A.	30/11/2023	12/04/2025	N/A	10.000
Responsabilidade Civil e Geral	PCH Jacaré S.A.	30/11/2023	12/04/2025	N/A	10.000

Os seguros da Companhia e investidas são contratados conforme as respectivas políticas de gerenciamento de riscos e seguros vigentes e dada a sua natureza não fazem parte do escopo dos nossos auditores independentes.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - Continuação Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais)

#### 20. CONTRATOS DE LONGO PRAZO PARA VENDA DE ENERGIA

As PCH's investidas pela Companhia possuem compromissos de venda de energia com posição em MW médio, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Energia contratada total (MW médio) (*)						
Ano	2024	2025	2026	2027	2028 a 2047	
Dores de Guanhães	7,1	7,1	7,1	7,1	7,1	
Senhora do Porto	6,5	6,5	6,5	6,5	6,5	
Fortuna II	4,6	4,6	4,6	4,6	4,6	
Jacaré	4,9	4,9	4,9	4,9	4,9	
Total	23,1	23,1	23,1	23,1	23,1	

<sup>(\*)</sup> O montante de energia contratada não faz parte do escopo de auditoria dos nossos auditores independentes.

Os compromissos de venda de energia foram contratados conforme as regras do edital publicado pela ANEEL em 21 de julho de 2015.

### 21. CONTINGÊNCIAS PASSIVAS

A Companhia possui processos judiciais de natureza civil, trabalhista e tributária para os quais a administração, baseada na opinião de seus assessores legais, acredita que os riscos de perdas são remotos, e por este motivo, nenhuma outra provisão foi constituída.

#### Ações de desapropriação

O consolidado da Guanhães Energia soma 08 (oito) ações de desapropriação das PCHs em razão da necessidade de formação de área de preservação permanente (APP) e os valores da indenização aos atingidos não terem sido acordados amigavelmente. Os valores discutidos já se encontram depositados judicialmente, totalizando R\$1.277 em 31 de dezembro de 2023 e a Companhia figura no polo ativo da demanda.

	31.12.2	2023	31.12.	2022
	Quantidade de processos	Valor total	Quantidade de processos	Valor total
Ações cíveis	8	1.277	11	1.279
Total	8	1.277	11	1.279

\*\*\*